

O Leitor Escreve

Alair Garcia Diniz*

*Reinventando o Diálogo*¹ é um livro que suscita no leitor, constantes indagações e exige uma predisposição eclética de leitura na medida em que congrega diferentes posturas em relação a tentativas de aproximação do 3º grau com o 1º e 2º em diferentes áreas do conhecimento.

Ainda que essas experiências apareçam restritas a nível de universidades públicas estaduais de São Paulo, podem constituir-se em um dado para reflexão em cada universidade sobre seu modo de vincular-se, através de projetos, com o ensino de 1º e 2º graus.

Nessa leitura o diálogo cobra com forma concreta na medida em que existe por parte de quem resenha o livro a conversa com o texto e não pretende supostamente parecer imparcial, pois entrelaça-se a experiência pregressa de quem ora lhes escreve.

Nesse âmbito a enumeração de algumas das propostas apresentadas no final do livro merecem destaque para quem lê essa resenha (embrião de artigo) já que o fim que propõe revela apenas outro começo:

1. "Remuneração dos estágios de estudantes. . ."
2. "Ampla divulgação e facilidade de inscrição a todos os interessados em cursos promovidos pela Secretaria da Educação, evitando-se favoritismo. . ."

Propostas tais como essas, surgidas no *I Encontro de Professores Universitários com trabalho junto ao 1º e 2º graus* e no *III Seminário Aberto de Formação de Educadores em Serviço*, agora vira livro para revelar, através de artigos, depoimentos e debates que ainda é ínfima a parcela dos professores universitários que quixotesicamente ousam empreender junto ao 1º e 2º graus *contactos imediatos*, empréstimo oportuno que a prof. Maria Heloisa retirou do cinema. É mais do que hora de olhar para a rede, mas não bastam apenas súbitos olhares de comiseração com um discurso justificativo que lembra a velha verborragia acadêmica, como faz o prof. Antônio Carlos R. Moraes. É preciso bem mais que tirar do bolso do colete e arregaçar as mangas do 3º grau, porque o 1º e o 2º já estão desnudos há muito tempo. Ninguém está querendo com isso deixar de escanteio a grande parcela de responsabilidade que jogam as verbas e a política educacional nisso tudo. Não! Entretanto, acreditamos que a universidade tem condições de voltar-se para o 1º e 2º graus, criando uma dinâmica de pesquisa e projetos que alimente a educação brasileira

* Professora do Centro de Comunicação e Expressão (Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras) da UFSC.

aqui e agora.

Primeiramente o leitor pode perceber, através da obra, quais são as áreas que já estão nesse processo de busca de interação com os demais graus, criando projetos e tornando esse vínculo, matéria de pesquisa e Tese de Mestrado. É o caso da área de Letras da USP que já possui um curso de Pós-Graduação em *Literatura e Educação*, ou da UNESP que tem opção em *Educação Matemática* e da ECA que oferece um curso de Especialização de um ano em Arte e Educação para professores, nos moldes propostos pela escola.

Também pela leitura da obra, pode-se constatar que em algumas outras áreas existem grupos de estudos que elaboram propostas para sair dos cursinhos de trinta horas, nas férias, com alguns professores "privilegiados" da rede. É o caso da Física que possui o GREF — Grupo de Elaboração do Ensino de Física — em que professores universitários e de 2º grau propõem um estudo a partir de temas geradores que vá ao encontro de interesses da comunidade e que parta de situações práticas de observação de aparelhos elétricos e fenômenos naturais (arco-íris, fase da lua, etc.) explorando as intuições e hipóteses formuladas pelos alunos antes de explicar os fenômenos cientificamente. Com isso o prof. Zanetic tenta afastar o ensino automático e alienante de Física que é feito à base de memorização. Sugere o prof. Zanetic que enquanto não ocorre a alteração dos currículos dos cursos de Licenciatura em Física, a disciplina de Instrumentação poderia ser o palco dessas novas experiências.

Na área de Química, o questionamento de Mansur Lufti sobre o que é o curso no 2º grau (um emaranhado de nomenclaturas e fórmulas) parece significativo se entendermos a perspectiva histórica que adota, que é a de que a Química desenvolveu-se dentro do capitalismo e estudá-la seria ter uma visão crítica de seu uso nessa sociedade. Não só para transformar os alunos em consumidores conscientes em relação a vários produtos, como também para desmistificar a questão do saber alienante que nem sempre é usado, como diria Galileu de B. Brecht, "para diminuir o cansaço da existência humana". Quando a indústria utiliza uma substância como a clorofila nos cremes dentais, aposta na ignorância dos consumidores para vender o produto, aposta que serão poucos os que não se deixarão levar pela propaganda, pois sabem que "dente não faz fotossíntese". Mansur também trabalha em Prática de Ensino na UNICAMP e no 2º grau com a questão das condições de trabalho quando propõe que o aluno visite a metalúrgica de fundo de quintal relacionando-a com as multinacionais e mostrando como o trabalhador hoje permite que o cianeto envenene em suaves prestações mensais a troco de 10% a mais no salário por insalubridade e com o consentimento até de seu órgão de defesa: o sindicato.

Distante da anterior é a experiência relatada pela prof. Maria Eunice Ribeiro Marcondes, da Química da USP que parece ainda estar preocupada com a seqüência de conteúdos de sua área, apresentando, com seu grupo de trabalho, uma receita praticamente pronta e que não convence o leitor com referência à integração do conhecimento à realidade histórica, e que

revela falta de perspectiva educacional mais abrangente.

Como vocês, leitores, podem ver, o livro realiza na prática o diálogo, pois as posturas dos professores universitários sobre o tipo de vinculação que seria importante para os outros graus mostram divergências de fundo.

O caso do Instituto de Botânica é descrito no livro, de forma sucinta, mas a história começou com o pedido de socorro técnico que o 2º grau (Colégio Agrícola de Jacareí) pediu à universidade, no sentido de preservar a área de mata que havia dentro da escola. Com seu apelo, desenvolveram-se cursos para professores e alunos da escola e hoje virou projeto-piloto do Instituto de Botânica conveniado com a Secretaria de Educação.

Mas o diálogo ocorre também na Letras da USP não só dentro das "muralhas" do campus. O projeto "Estágio de Formação do Educador em Serviço", narrado por Maria Helena Martins, recoloca a vinculação de universidade aos outros graus de ensino fora dos limites dos cursos "Conta-gotas" de trinta horas da Cemp², estabelecendo novos liames. O "Estágio. . ." tem no seu bojo um objeto de pesquisa: a própria interação e propõe um novo espaço (conquistado a duras penas). O estágio consiste em encontros quinzenais durante um semestre e os professores que são pagos para isso. Os segmentos envolvidos são heterogêneos: vai do estudante de Magistério ao estudante de Letras, do professor de 1ª a 8ª séries ao estudante de Pós-Graduação em Literatura e Educação.

É um projeto-processo tanto no tempo como na concepção. Depende das pessoas ali envolvidas e o trabalho de sensibilização tanto para Redação como para Leitura, parte da experiência de criação para, daí, iniciar-se uma reflexão através de textos teóricos. Recuperando-se um pouco de escritor e de leitor que há em todos, parte-se para uma reflexão sobre a prática de cada elemento do grupo que, ao se sentir sujeito, consegue fazer com que busque um papel *criativo* e não reprodutivo na escola que, por sua vez, pode produzir indivíduos ativos, ao invés de consumidores passivos. Os professores e estudantes envolvidos nesse projeto (que vi dando seus primeiros passos em 1981 — APLL) demonstram que essa semente germina.

Há pelo menos uma interlocutora da Pedagogia da USP, Maria Thereza Fraga Rocco que relata sua experiência dentro da área de Prática de Ensino de Língua Portuguesa, que reelabora o papel do estágio dentro da escola, pois o estagiário não vai ali para observar a aula do professor desgastado e mal remunerado, mas rege classes e é observado pelo professor. Há algumas experiências interessantes nessa nova perspectiva de estágio, pois, além de o estudante adquirir experiência de trabalho, o professor ganha com introdução de outras técnicas e a escola também se renova com o estagiário, pois sua presença aí é ativa.

Além desses projetos, o livro contém depoimentos de professores ligados à Secretaria da Educação de São Paulo que apresentam as novas propostas curriculares para a rede de 1º e 2º graus. Com o prof. Rui César Pietropaolo, o leitor aprende que a importância da Matemática não está em apenas fazer contas, mas que, através dela, pode construir conceitos, resolver problemas e propor outros. Esse objetivo para a escola

de 1º grau aproxima a Matemática da Língua Portuguesa que possibilita ao aluno expressar um pensamento, imaginar, interpretar e criar conceitos. O aluno nas duas áreas deverá ser capaz de construir sua própria linguagem, para daí, a partir da necessidade de comunicação e do aperfeiçoamento de conceitos, entender a linguagem formal dessas áreas.

Em relação à proposta curricular para História da Cemp, é um convite para se repensar não só na área, mas na visão de ensino como produção dessa nova perspectiva. Merece leitura atenta. Quanto ao texto "Ensino de História na 5ª série: um desafio e uma tarefa urgente" que partiu da experiência de professores da rede, durante dois anos, soa como fundamental, pois relaciona esse ensino aos verdadeiros objetivos do ensino de História que seria o de "garantir por parte dos alunos a produção de uma reflexão de natureza histórica que os encaminharia a outras reflexões de natureza semelhante em suas vidas, vendo-se como um agente histórico" (pág. 122). A esse texto caberia apenas uma ressalva em relação ao uso das fontes, que envolve novas condições de trabalho para o professor e (por que não?) uma nova política educacional que poderia ter como um dos "slogans": "Uma biblioteca em funcionamento por dia", onde professores e alunos teriam, de fato, acesso às "fontes", que hoje na rede pública se encontram secas!

Deixando de lado agora essas propostas que, às vezes, no meio do caminho podem esbarrar em algumas pedras, é digno de nota o depoimento do prof. Rodolfo Ilari que comenta os percalços porque tem de passar o professor de 3º grau ao tentar fazer algum trabalho junto à Secretaria da Educação — que medeia a atuação com o 1º e 2º graus. Conta da odisséia que é, às vezes, essa relação: com as equipes técnico-pedagógicas (que avaliam), os burocratas (que seguram os papéis para mostrar que têm algum) e a cúpula decisória, cuja instabilidade envolve tudo. Nesse texto, Ilari mostra o atrelamento que a Educação tem com a máquina governamental, de modo que ao se mudarem os governos, engavetam-se propostas, tão-só pela infelicidade de terem pertencido a outra gestão. Exemplo disso foi o que, de fato, ocorreu com a Proposta Curricular da Prefeitura de São Paulo, após a vitória de Jânio Quadros. Hoje com nova roupagem ela volta às escolas, só que sem condições viáveis de tornar-se prática, criativa, dinâmica, uma vez que as reuniões pedagógicas que, antes eram semanais, ficaram relegadas a uma por bimestre. Aos interessados pelo ensino da Língua Portuguesa é digno de nota a intervenção do prof. Ilari no debate, quando responde à famosa pergunta sobre o ensino de Gramática (págs. 260-263).

Dos outros textos do livro, vale a pena destacar o de Ana Mae T. Barbosa, não mais para ressaltar o curso que a ECA oferece aos professores de Educação Artística da rede, mas que o leitor também pare para pensar sobre o "american way of education" no Brasil, que mereceria uma discussão mais aprofundada, pois a autora mostra possuir muitos dados sobre o assunto.

Reinventando o Diálogo contém ainda alguns relatos de professores que, com algumas críticas, perfazem a equipe dos cursos "conta-gotas"

de trinta horas, dádiva da Secretaria da Educação aos que foram os eleitos para as escassíssimas vagas e que conseguiram ter acesso ao Diário Oficial e também que não “quiseram” fazer de suas férias, tempo de lazer. Cabe discernir entre os textos triviais como o das Olimpíadas Matemáticas e afins e os intensos, como o do prof. de Geografia Gil Sodero de Toledo que diseca a história dos convênios em seu Instituto, revelando até interrupções ao trabalho devido à censura velada a textos e autores.

Dentro da perspectiva pessoal adotada nessa leitura, cabe agora o retorno às propostas que propositadamente apareceram no início do artigo, uma vez que no livro *Reinventando o Diálogo* vieram no final. Esse círculo é para lembrar os quantos meandros serão ainda necessários para que algo se concretize. Isso lembra o que Evtuchenko aprendeu com sua poesia. Parodiando-o, diria que chegar às propostas foi o mais fácil, o pior dessa nobre empresa é saber encaminhá-las dentro e fora da universidade. O difícil é defendê-las, pois para cada poderoso há sempre alguma arma que precisamos descobrir para combatê-lo.

Finalmente, há que se concluir que, se o diálogo não chegou a algumas áreas como a Educação, Biologia, Educação Física, etc., é uma lacuna que não cabe atribuir às organizadoras do Encontro, do Seminário e consequentemente do livro, mas à falta de sensibilidade dos interlocutores nessas áreas específicas para tal avanço da universidade. Além disso o gerúndio do título (*Reinventando. . .*) supõe um processo que só terá êxito quando sair dos muros da USP e ganhar abrangência nacional.

Quando o professor universitário se sentir um agente histórico, o discurso da universidade será globalizante e pluralista e não estanque em áreas específicas. Esse diálogo reinventado contará com um discurso em que, segundo a prof.^a Beatriz Citelli: “Dominar a palavra significa(rá) impedir que nos dominem”.

E para não perder a estrutura do diálogo. . . que tal, professores de diferentes áreas da UFSC, começarmos agora por analisar nossa prática junto ao ensino público de 1º e 2º graus?

Fica a proposta à cata de interlocutores.

NOTAS:

1. *REINVENTANDO O DIÁLOGO: Ciências e Humanidades na Formação do professor.*, Org. por Lygia Chiappini Leite, Maria Helena Martins & Maria Lucia Z. de Souza. São Paulo, Brasiliense, 1987.
2. CENP — Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.